



AVISO DE PRIVACIDADE

FLÁVIO LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS

Versão 1.0 | Outubro de 2026

1. SOBRE ESTE AVISO

O Flávio Lopes Advogados Associados ("Escritório") reconhece a privacidade e a proteção de dados pessoais como elementos fundamentais para o exercício responsável da advocacia, pautando suas atividades pela ética, confidencialidade, transparência e respeito aos direitos dos titulares.

Este Aviso de Privacidade apresenta informações sobre quais dados pessoais poderão ser tratados pelo Escritório, como são obtidos, para quais finalidades são utilizados, com quem poderão ser compartilhados, por quanto tempo são conservados e como os titulares podem exercer seus direitos, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas aplicáveis.

Este Aviso se destina, especialmente, a clientes e potenciais clientes; representantes de pessoas jurídicas; partes envolvidas em processos judiciais e extrajudiciais, inclusive devedores e credores; profissionais e representantes de fornecedores e parceiros; candidatos a oportunidades profissionais; visitantes do site institucional; e demais pessoas que mantenham contato ou relacionamento com o Escritório.

As informações apresentadas referem-se às operações em que o Escritório determina as finalidades e os elementos essenciais do tratamento, atuando como **controlador de dados pessoais**.

Nas situações em que o Escritório realizar operações de tratamento exclusivamente em nome de clientes, observadas as instruções legítimas recebidas e a efetiva distribuição de responsabilidades, poderá atuar como



operador de dados pessoais. Nesses casos, as informações aos titulares e o atendimento de solicitações observarão as responsabilidades do respectivo controlador, os instrumentos contratuais e a legislação aplicável.

A definição dessas posições depende das características concretas de cada operação de tratamento, não sendo determinada exclusivamente pela denominação atribuída nos contratos.

Este Aviso não substitui os deveres de sigilo profissional inerentes à advocacia, nem implica divulgação de informações protegidas por confidencialidade legal, contratual ou profissional.

2. QUEM SOMOS

O FLÁVIO LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade de advogados inscrita no CNPJ sob o nº 22.581.179/0001-50, com sede na Rua Alceu Amoroso Lima, nº 314, Sala 1007, Caminho das Árvores, Salvador/BA, desenvolve atividades de assessoria, consultoria e representação jurídica, incluindo a condução de demandas judiciais e extrajudiciais e atividades relacionadas à recuperação de crédito.

Para as operações abrangidas por este Aviso nas quais define as finalidades e os elementos essenciais do tratamento de dados pessoais, o Escritório atua como controlador, nos termos da LGPD.

Site institucional: www.flaviolopes.adv.br

Canal de privacidade: privacidade@flaviolopes.adv.br

3. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Escritório designou **Leonardo Cantalino** como Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, responsável por atuar como canal de comunicação entre o

Escritório, os titulares de dados pessoais e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

O Encarregado também presta orientações relacionadas às práticas de proteção de dados pessoais, respeitadas as responsabilidades dos profissionais e dos responsáveis pelas atividades desenvolvidas pelo Escritório.

Dúvidas, solicitações e comunicações relacionadas ao tratamento de dados pessoais poderão ser encaminhadas para: privacidade@flaviolopes.adv.br

A designação do Encarregado não afasta as responsabilidades legais do Escritório enquanto agente de tratamento, conforme sua atuação em cada operação.

4. QUAIS DADOS TRATAMOS E DE QUEM

As categorias de dados pessoais tratados variam conforme a natureza do relacionamento, o serviço jurídico prestado e as finalidades envolvidas.

O Escritório poderá tratar, entre outras, as seguintes informações:

- **Clientes, potenciais clientes e representantes:** Dados de identificação, contato, qualificação profissional, informações contratuais, registros de atendimento, comunicações e documentos necessários à avaliação, contratação e execução dos serviços jurídicos.
- **Partes envolvidas em processos judiciais e extrajudiciais:** Dados de identificação, qualificação civil, contato, informações patrimoniais, financeiras, contratuais e processuais, bem como documentos e registros pertinentes à demanda. Essas pessoas poderão incluir devedores, credores, representantes, testemunhas e demais envolvidos nos casos conduzidos pelo Escritório.
- **Pessoas relacionadas a atividades de recuperação de crédito:** Informações cadastrais, de contato, contratuais, financeiras, patrimoniais

e de histórico de obrigações ou negociações, na medida necessária à análise e à condução das atividades juridicamente fundamentadas.

- **Fornecedores, parceiros, prestadores de serviços e correspondentes jurídicos:** Dados de identificação, contato, vínculo profissional, qualificação, informações contratuais e registros necessários à contratação, ao relacionamento e ao acompanhamento dos serviços.
- **Candidatos a oportunidades profissionais:** Dados de identificação e contato, currículos, formação acadêmica, experiência profissional, competências e demais informações fornecidas no contexto de processos seletivos.
- **Profissionais vinculados ao Escritório:** Dados necessários à gestão administrativa e profissional, ao cumprimento de obrigações legais e contratuais e à organização das atividades internas.
- **Visitantes do site e pessoas que entram em contato:** Dados fornecidos em mensagens ou formulários, como nome, e-mail, telefone e conteúdo da comunicação. Conforme as funcionalidades efetivamente utilizadas pelo site, também poderão ser gerados registros técnicos de navegação, como endereço IP, data e horário de acesso e informações sobre o dispositivo ou navegador.
- **Dados pessoais sensíveis:** Em situações específicas, o Escritório poderá tratar dados pessoais sensíveis, como informações relativas à saúde ou outros dados dessa natureza constantes de documentos, relações profissionais ou processos judiciais e extrajudiciais. Esses tratamentos deverão observar as hipóteses legais previstas no art. 11 da LGPD e as medidas de proteção pertinentes.

O Escritório não solicita o envio indiscriminado de dados pessoais sensíveis por seus canais gerais de contato. Recomenda-se que informações dessa natureza sejam encaminhadas somente quando necessárias e por meios apropriados à finalidade envolvida.

As categorias descritas são exemplificativas. O tratamento efetivamente realizado dependerá da atividade, da necessidade das informações e da respectiva fundamentação jurídica.

5. COMO OBTEMOS SEUS DADOS

O Escritório poderá obter dados pessoais de diferentes fontes, conforme a natureza da relação jurídica e as finalidades do tratamento.

- **Diretamente do titular:** Quando a pessoa entra em contato, fornece documentos, solicita informações, participa de reuniões, apresenta currículo, celebra contratos ou encaminha informações relacionadas a uma demanda.
- **Por intermédio de clientes e representantes:** Quando dados pessoais são disponibilizados por clientes ou seus representantes para avaliação, orientação, representação jurídica, recuperação de crédito ou execução de atividades contratadas.
- **De outras partes e profissionais envolvidos:** Quando informações são fornecidas por partes processuais, representantes legais, correspondentes jurídicos, prestadores de serviços ou demais participantes de procedimentos judiciais e extrajudiciais.
- **De processos, registros e fontes legitimamente acessíveis:** Quando informações são obtidas de autos judiciais, documentos oficiais, registros públicos, bases de consulta legalmente acessíveis ou outras fontes cuja utilização seja juridicamente permitida e compatível com a finalidade pretendida.
- **Por meios tecnológicos:** Quando são gerados registros técnicos necessários à operação, à segurança ou à utilização dos sistemas e canais digitais efetivamente empregados pelo Escritório.

O fato de uma informação estar disponível publicamente não dispensa a observância dos princípios e das hipóteses legais aplicáveis ao seu tratamento.

Quando dados pessoais de terceiros forem fornecidos ao Escritório, sua utilização deverá estar relacionada a uma finalidade legítima e observar as responsabilidades dos agentes envolvidos.

6. POR QUE TRATAMOS SEUS DADOS

O Escritório realiza o tratamento de dados pessoais para finalidades determinadas, legítimas e compatíveis com suas atividades. A hipótese legal aplicável será definida conforme a natureza dos dados, a finalidade e as características concretas de cada operação.

- **Atendimento e relacionamento com clientes e potenciais clientes:** Receber contatos, responder dúvidas, analisar solicitações, apresentar propostas e desenvolver relacionamentos profissionais. Poderão ser tratados dados de identificação, contato e informações fornecidas nas comunicações, com fundamento, conforme o caso, em procedimentos preliminares relacionados a contrato, execução contratual ou legítimo interesse.
- **Prestação de serviços jurídicos:** Analisar documentos, elaborar pareceres, prestar consultoria e assessoria, representar clientes e conduzir procedimentos judiciais, administrativos, arbitrais ou extrajudiciais. O tratamento poderá envolver dados cadastrais, contratuais, financeiros, patrimoniais, processuais e outras informações necessárias, com fundamento, conforme o contexto, no exercício regular de direitos, no cumprimento de obrigação legal ou regulatória ou em outra hipótese legal adequada.
- **Recuperação de crédito e gestão de demandas correlatas:** Analisar obrigações, identificar partes, examinar documentos, conduzir negociações e adotar providências jurídicas relacionadas à cobrança e à recuperação de créditos. Poderão ser tratados dados cadastrais, de contato, financeiros, patrimoniais e contratuais, observadas as hipóteses

legais pertinentes, especialmente o exercício regular de direitos e, quando cabível, a proteção do crédito.

- **Gestão de contratos, fornecedores e parceiros:** Realizar cadastros, avaliar contratações, administrar relações contratuais, efetuar pagamentos e manter comunicações profissionais. As bases legais poderão incluir execução de contrato, cumprimento de obrigação legal ou regulatória e legítimo interesse, conforme a operação.
- **Recrutamento e seleção:** Receber e avaliar currículos, conduzir entrevistas e manter contato com candidatos. O tratamento poderá se fundamentar em procedimentos preliminares relacionados a contrato e outras hipóteses legais pertinentes.
- **Gestão administrativa e profissional:** Administrar relações de trabalho e prestação de serviços, cumprir obrigações legais, tributárias, previdenciárias e contratuais e organizar atividades internas. As hipóteses legais serão definidas conforme a finalidade e a natureza das informações envolvidas.
- **Segurança da informação e prevenção de incidentes:** Administrar acessos, proteger documentos e sistemas, prevenir usos indevidos e apurar ocorrências de segurança. Poderão ser tratados dados de identificação, autenticação e registros técnicos, quando existentes, com fundamento nas hipóteses legais pertinentes.
- **Cumprimento de obrigações legais e atendimento a autoridades:** Atender determinações judiciais, obrigações legais ou regulatórias e requisições válidas de autoridades competentes, observados os deveres de sigilo e as restrições aplicáveis.
- **Exercício regular de direitos e solução de controvérsias:** Constituir, exercer ou defender direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais e em outras situações legalmente admitidas.
- **Atendimento aos direitos dos titulares:** Receber, verificar, analisar e responder solicitações relacionadas à proteção de dados pessoais,

inclusive mediante confirmação de identidade ou representação quando necessária.

O tratamento de dados pessoais pelo Escritório não depende exclusivamente do **consentimento do titular**, podendo ser realizado com fundamento em outras hipóteses previstas na LGPD, conforme a finalidade e as características da operação. Quando o consentimento for necessário, serão observados os requisitos legais para sua obtenção e eventual revogação.

Quando houver tratamento de dados pessoais sensíveis, serão observadas as hipóteses específicas do art. 11 da LGPD.

As finalidades, categorias de dados e hipóteses legais efetivamente aplicáveis deverão ser compatíveis com o registro das operações de tratamento e com as atividades realizadas pelo Escritório.

7. COM QUEM COMPARTILHAMOS SEUS DADOS

O Escritório poderá compartilhar dados pessoais quando necessário à prestação de serviços jurídicos, ao cumprimento de obrigações legais, ao exercício regular de direitos ou a outras finalidades legítimas e juridicamente fundamentadas.

O compartilhamento poderá ocorrer, conforme o caso, com:

- **Clientes e seus representantes:** Quando necessário à execução dos serviços jurídicos, à apresentação de informações sobre demandas e ao cumprimento das obrigações assumidas, respeitados os limites legais, contratuais e profissionais aplicáveis.
- **Órgãos do Poder Judiciário e autoridades competentes:** Quando necessário à condução de processos, ao cumprimento de determinações legais ou judiciais ou ao atendimento de requisições válidas.

- **Correspondentes jurídicos, advogados e profissionais especializados:** Quando sua participação for necessária à condução de atividades ou demandas, observados os deveres de confidencialidade e as condições aplicáveis.
- **Fornecedores e prestadores de serviços:** Quando prestarem apoio às atividades administrativas, contábeis, tecnológicas, de armazenamento, comunicação ou outras atividades necessárias ao funcionamento do Escritório. Conforme a natureza da operação, esses destinatários poderão atuar como operadores ou controladores independentes.
- **Outras partes e participantes de procedimentos:** Quando a comunicação de informações for necessária à condução legítima de processos, negociações, atos jurídicos ou procedimentos extrajudiciais.

O compartilhamento deverá observar a necessidade das informações, as responsabilidades dos envolvidos e os deveres de sigilo profissional.

- **Divulgação em publicações e rankings jurídicos:** A eventual indicação de clientes como referências profissionais, bem como o fornecimento de informações identificáveis a diretórios, rankings ou publicações especializadas, deverá observar autorização prévia e específica do cliente, quando aplicável, e os cuidados necessários à proteção de dados pessoais e ao sigilo profissional. Sempre que possível, deverão ser utilizadas informações não identificáveis.
- **Transferências internacionais de dados:** O uso de determinados fornecedores ou serviços tecnológicos poderá envolver armazenamento, processamento ou acesso a dados pessoais fora do Brasil. Quando houver transferência internacional efetiva, o Escritório deverá observar os arts. 33 a 36 da LGPD e a regulamentação da ANPD, inclusive a Resolução CD/ANPD nº 19/2024, adotando o mecanismo jurídico aplicável.

O Escritório não realiza compartilhamentos indiscriminados de dados pessoais. As informações são disponibilizadas conforme as finalidades e necessidades legítimas de cada atividade.

8. POR QUANTO TEMPO GUARDAMOS SEUS DADOS

O Escritório conserva dados pessoais pelo período necessário ao cumprimento das finalidades que justificaram seu tratamento, observadas as obrigações legais, contratuais, regulatórias e profissionais aplicáveis.

Os prazos de conservação poderão variar conforme a natureza da relação jurídica, a duração dos serviços, os prazos prescricionais, as obrigações de guarda documental, a necessidade de prestação de contas e a possibilidade de exercício regular de direitos.

No contexto da advocacia, determinados documentos e informações poderão precisar ser conservados após o encerramento de uma demanda ou relação contratual, quando houver fundamento jurídico legítimo para sua manutenção.

O encerramento do relacionamento com o Escritório ou a revogação de eventual consentimento não implica necessariamente a eliminação imediata de todos os dados pessoais.

Quando encerradas as finalidades e inexistente fundamento jurídico para conservação, os dados deverão ser eliminados ou anonimizados, observadas as hipóteses do art. 16 da LGPD e as limitações técnicas aplicáveis.

9. COMO PROTEGEMOS SEUS DADOS

O Escritório adota e busca aprimorar medidas técnicas, administrativas e organizacionais de proteção de dados pessoais, considerando a natureza das informações, os deveres de sigilo profissional, os recursos disponíveis e os riscos envolvidos em suas atividades.

Essas medidas compreendem, conforme a necessidade e os ambientes efetivamente utilizados:

- restrição do acesso a dados pessoais aos profissionais autorizados e às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- utilização de credenciais e mecanismos de autenticação adequados aos sistemas empregados;
- cuidados com o armazenamento, a transmissão e o compartilhamento de documentos físicos e eletrônicos;
- proteção de dispositivos e ambientes tecnológicos utilizados nas atividades profissionais;
- observância de deveres de confidencialidade por profissionais e prestadores de serviços;
- adoção de medidas de prevenção, identificação e encaminhamento de suspeitas de incidentes de segurança; e
- avaliação de providências de continuidade e recuperação de informações compatíveis com a estrutura do Escritório.

A aplicação de cada medida depende das características do ambiente e da operação de tratamento, não significando que todos os controles tecnológicos existentes no mercado estejam implementados pelo Escritório.

Embora sejam adotadas medidas para reduzir riscos, nenhum ambiente físico ou digital é absolutamente imune a incidentes de segurança.

Caso seja identificado um incidente ou suspeita de comprometimento de dados pessoais relacionados às atividades do Escritório, a comunicação poderá ser realizada pelo endereço: privacidade@flaviolopes.adv.br

Quando um incidente de segurança envolvendo dados pessoais puder acarretar risco ou dano relevante aos titulares, o Escritório avaliará e adotará as providências previstas no art. 48 da LGPD e no Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 15/2024, observadas suas responsabilidades e os prazos aplicáveis.

10. COOKIES E TECNOLOGIAS SIMILARES

O site institucional do Escritório poderá utilizar cookies ou tecnologias similares, conforme as funcionalidades e os serviços efetivamente empregados.

Cookies são pequenos arquivos ou identificadores que podem ser armazenados no dispositivo utilizado durante a navegação, permitindo determinadas funcionalidades e o registro de informações técnicas.

Conforme a configuração efetiva do site, poderão existir:

- **Cookies necessários:** Relacionados ao funcionamento básico, à navegação e à segurança do ambiente digital.
- **Cookies analíticos ou de desempenho:** Utilizados, quando existentes, para compreender a utilização das páginas e apoiar melhorias na experiência de navegação.
- **Cookies de publicidade ou marketing:** Utilizados somente se efetivamente adotados pelo Escritório, observadas as exigências legais e as escolhas dos visitantes.

A utilização de cookies não necessários deverá observar a hipótese legal pertinente e, quando depender de consentimento, mecanismos adequados para sua obtenção e gerenciamento.

Os visitantes também poderão utilizar as configurações de seus navegadores para bloquear ou excluir cookies, cientes de que determinadas funcionalidades poderão ser afetadas.

As informações sobre cookies deverão refletir as tecnologias efetivamente presentes no site institucional. Caso sejam utilizados serviços que exijam consentimento ou informações adicionais, o Escritório deverá disponibilizar os mecanismos e esclarecimentos correspondentes.

11. SEUS DIREITOS E COMO EXERCÊ-LOS

A LGPD assegura aos titulares direitos relacionados ao tratamento de seus dados pessoais, observadas as condições e limitações legais aplicáveis.

Entre esses direitos estão:

- **Confirmação e acesso:** Solicitar confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados pessoais correspondentes.
- **Correção:** Solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação:** Solicitar essas providências em relação a dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- **Portabilidade:** Solicitar a portabilidade dos dados, quando aplicável e observada a regulamentação pertinente.
- **Eliminação de dados tratados com consentimento:** Solicitar sua eliminação, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.
- **Informações sobre compartilhamento:** Solicitar informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais tenha ocorrido uso compartilhado de dados pessoais.

- **Informações sobre o consentimento:** Ser informado sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências dessa decisão.
- **Revogação do consentimento:** Revogar o consentimento a qualquer momento, mediante procedimento gratuito e facilitado, sem prejuízo da legalidade dos tratamentos anteriormente realizados.
- **Oposição:** Opor-se ao tratamento fundamentado em hipótese legal diversa do consentimento quando houver descumprimento da LGPD.
- **Revisão de decisões automatizadas:** Solicitar, nos termos da legislação aplicável, a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado que afetem seus interesses.
- **Peticionamento:** Apresentar petição à ANPD, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Para exercer seus direitos ou esclarecer dúvidas sobre o tratamento de dados pessoais, o titular poderá entrar em contato com o Encarregado pelo endereço: privacidade@flaviolopes.adv.br

Para proteger as informações e evitar o atendimento de solicitações formuladas por terceiros não autorizados, o Escritório poderá solicitar dados adicionais estritamente necessários à confirmação da identidade do requerente ou dos poderes de seu representante.

As solicitações serão recebidas e analisadas conforme sua natureza, observados os prazos e procedimentos previstos na legislação e na regulamentação aplicáveis.

Para os pedidos de confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados pessoais, serão observadas as modalidades e os prazos previstos no art. 19 da LGPD, incluindo, quando aplicável, a resposta simplificada imediatamente ou o fornecimento de declaração clara e completa no prazo de até **15 (quinze) dias**.



Nas situações em que o Escritório atuar como operador, as solicitações serão tratadas em articulação com o respectivo controlador, observadas as responsabilidades legais e contratuais pertinentes.

O exercício dos direitos dos titulares deverá observar, quando pertinentes, o sigilo profissional, os direitos de terceiros, as obrigações legais de conservação e as demais limitações previstas na legislação.

Eventual impossibilidade de atendimento integral será avaliada e esclarecida ao solicitante, quando cabível.

12. ATUALIZAÇÕES DESTE AVISO

Este Aviso de Privacidade poderá ser atualizado para refletir alterações legislativas, regulamentares, tecnológicas, organizacionais ou operacionais relacionadas às atividades do Escritório.

A versão vigente deverá ser disponibilizada em canal institucional acessível aos titulares, com indicação da data de sua última atualização.

Quando alterações relevantes afetarem substancialmente as finalidades do tratamento, as informações prestadas ou os direitos dos titulares, o Escritório avaliará as medidas de comunicação adequadas ao contexto e à legislação aplicável.

Última atualização: outubro de 2026.

FLÁVIO LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Rua Alceu Amoroso Lima, nº 314, Sala 1007, Caminho das Árvores,
Salvador/BA**

www.flaviolopes.adv.br

privacidade@flaviolopes.adv.br